

A relação entre as condições de trabalho e a saúde na Educação Infantil: um estudo acerca do mal-estar docente em três cidades da região sul do Rio Grande do Sul.

Os primeiros estudos sobre as repercussões do trabalho na saúde dos professores surgiram na década de 80. No Brasil esses estudos são mais recentes e aparecem no final da década de 90, quando se elevou consideravelmente a prevalência de problemas de saúde nas professoras e professores ocasionando o aumento das solicitações de licenças de saúde, e o absenteísmo, que geraram problemas nas escolas e insatisfação na profissão docente. Anterior a esse período a maioria dos estudos dedicados à saúde do trabalhador estavam focados em outras atividades laborais. (APPLE, 1997; CARLOTTO, 2002; DELCOR, N., S. et.al, 2004; GASPARINI et.al, 2005 & ARAUJO et.al., 2008). Essa emergência de estudos justifica-se pela necessidade de estudar as relações entre o conflito das professoras para adequarem-se as situações de trabalho educacional na sua maioria conflituosa e pouco favorável, e as tentativas de atenuar os efeitos prejudiciais dessa condição sobre a saúde, através do uso de medicamentos.

No Brasil, até o final do século XVIII, não havia instituições que prestassem atendimento à criança pequena longe da mãe, portanto, elas eram “ofertadas” aos outros ou “à-vida-a-morte” (CORAZZA, 2000). As primeiras instituições surgidas no final do século XIX foram criadas para atender as crianças pequenas de elite (OLIVEIRA, 2004).

No final desse século o atendimento para as crianças das classes mais privilegiadas era o jardim de infância, existia uma proposta pedagógica específica, na qual era considerado importante o desenvolvimento infantil. Para as crianças de classes menos privilegiadas os atendimentos eram de caráter assistencialista, predominando a disciplina rígida em conjunto com a moralização pelo trabalho e sem espaço para a expressão individual. (JANE FELIPE, 1995).

A partir do Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, realizado em 1922, na cidade do Rio de Janeiro, surgiram às primeiras regulamentações da prestação de atendimento às crianças pequenas das escolas maternais e jardins-de-infância, ainda com forte traço assistencialista (VENZKE, 2004).

Na década de 40 ampliaram-se as iniciativas do governo nas áreas de saúde, de previdência e de assistência social. O atendimento nas creches voltava-se para as questões de saúde, girando a preocupação em torno da alimentação, segurança física e

higiene, mas não havia um trabalho que se voltasse para o desenvolvimento intelectual e afetivo da criança.

Na década de 50, organizações intergovernamentais, como a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO – e o Fundo das Nações Unidas para a Infância – UNICEF –, “influenciaram na nova proposta brasileira para o atendimento pré-escolar, que visava ao trabalho de assistência às crianças pobres. Começava, então, a surgir no Brasil o modelo de uma pré-escola de massa” (VENZKE, 2004, p.42). Entretanto, foi somente nos anos 70 que, através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB 5692/71) a educação das crianças pequenas foi incluída no sistema de ensino.

Como consequência da mobilização da sociedade na busca, principalmente, da democratização da escola pública, através da Carta Magna de 1988, em seus artigos 208 e 277, ficou determinado que o atendimento às crianças, tanto das creches quanto das pré-escolas, passava a ser um direito da criança e um dever do Estado. Também o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – ratificou tal direito. A Educação Infantil como um nível de ensino garantido pelo governo é, portanto, uma política pública recente.

Na cidade de Pelotas, até o ano de 1908 as crianças abandonadas por seus cuidadores, eram entregues na Santa Casa de Misericórdia, através da Roda dos Expostos, para serem cuidadas pela Instituição. De acordo a Venzke, 2004 o último registro desse tipo de assistência foi realizado no dia 16 de julho de 1908. A partir de 1945 foram implantados, em instituições particulares, os jardins-de-infância. Quanto à rede estadual, oficialmente foi inaugurado o primeiro jardim de infância no ano de 1940. Na rede pública de Pelotas o primeiro registro de implantação de jardim-de-infância data de 1953.

No ano de 1972 foi criado através do Decreto nº 864, o Movimento Assistencial de Pelotas, para prestar assistência às crianças mais carentes, tendo sido alterado o enfoque para política pública em 1994, quando passou a denominar-se Fundação Movimento Assistencial de Pelotas – FMAPEL – vinculado à Prefeitura Municipal.

Neste período foi priorizada a atenção à pré-escola e a sua função pedagógica, o mesmo não sendo observado com as turmas de creches (crianças de zero a três anos), nas quais, para trabalhar, bastava, de preferência, “gostar de crianças e ser mulher”. Uma equipe de pedagogas e professoras locadas na FMAPEL coordenava e acompanhava o trabalho nas creches municipais. Somente em 1989 realizou-se o

primeiro concurso público para prover o cargo de professora para a pré-escola, com exigência de formação mínima do Curso de Magistério.

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96) traz um conjunto de exigências e as creches municipais precisaram se adequar a essas novas exigências, tais como a integração ao sistema de ensino até o ano de 1999 e os novos critérios para ocupação de cargos que exigiam: para o cargo de monitor ou auxiliar, a exigência era a conclusão do Ensino Médio. As professoras precisavam comprovar a conclusão do Curso Normal e as administradoras de creches, que passaram a ser diretoras, possuir o Curso de Pedagogia.

As creches municipais foram substituídas pelas Escolas Municipais de Educação Infantil através do Decreto 4003/1999 do prefeito municipal. Assim passaram a seguir as normas de Educação Infantil estabelecidas pelo Conselho Estadual de Educação do Rio Grande do Sul através da Resolução nº 246/1999.

A partir de 2003 criou-se o Sistema Municipal de Ensino de Pelotas (Lei Municipal nº 4094), no qual todas as instituições de Educação Infantil passaram a integrar o sistema, cabendo ao Conselho Municipal de Educação de Pelotas a normatização do sistema de ensino, assim como a fiscalização das instituições, dentre outras atribuições.

Uma década depois que a Educação Infantil foi transformada em política pública, e quatro anos após a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) – 2006 –, se fez necessário um balanço de seus efeitos sobre a Educação Infantil, em especial naquilo que pode ter relação com o processo de trabalho docente e, mais particularmente – de forma mediata –, com a saúde de suas professoras, tendo como campo privilegiado uma das maiores redes de escolas públicas municipais do Brasil, como é o caso da cidade de Pelotas.

Mal-estar docente

No final do século XX são instituídas no Brasil as reformas políticas educacionais para a educação básica que estimulam a moral de autorealização e culpa por parte das professoras, que, aliada à deterioração dos salários e das condições de trabalho, vem contribuindo para a intensificação e auto intensificação do trabalho docente e para a geração de frustrações e desencantos (ANADON & GARCIA, 2004) e isso pode levar ao adoecimento.

José Esteve (1999) Psicólogo Espanhol cunhou o termo - mal estar docente - para designar o conjunto de consequências negativas que afetariam o professor a partir da ação combinada das condições psicológicas e sociais em que se exerce a docência. Para este autor, as repercussões psicológicas do mal-estar docente, percorrem uma ampla escala que inclui sentimentos de desconcerto e insatisfação ante os problemas reais da prática do magistério, em franca contradição com a imagem ideal do que é ser professor e o que gostariam de realizar, desenvolvimento de esquemas de inibição, como forma de cortar a implicação pessoal no trabalho realizado, pedidos de transferência de escola para fugir de situações conflitivas, desejo de abandonar a docência (realizado ou não), absentismo trabalhista como mecanismo para cortar a tensão acumulada, esgotamento e cansaço físico permanente, depreciação do ego, depressão e auto culpabilização ante a incapacidade para melhorar o ensino.

A combinação desse conjunto de consequências negativas psicológicas e sociais em que se exerce a docência afetam o cotidiano dos professores e com o passar do tempo conduz a um desgaste emocional e físico, estranhamento de seu lugar de trabalho, seus colegas, seus estudantes e sua profissão. Nesse sentido de acordo a Vieira et.al. (2009), o consumo de medicamentos está se tornando uma busca pelo reequilíbrio e readaptação frente às intensas exigências das atividades educativas, as inúmeras demandas e a falta de suporte social. Professoras buscam, nos medicamentos prescritos ou não, mais que aliviar suas dores, fórmulas que produzam disposição e energia para enfrentar a rotina diária, não somente na escola, mas em casa e em outros espaços sociais que atravessam a profissão docente e a vida privada. Medicamentação então se configura como um elemento presente no processo pedagógico (e administrativo) das escolas, assim se constituindo em mais um dispositivo de controle do professorado. Frente ao conjunto de preocupações e desgastes físicos e emocionais no trabalho há uma mudança da conduta das professoras, levando-as a adotar medidas emergenciais que reorganizem as emoções, os sentimentos de inadequação e as desordens do corpo para lidar rapidamente com as demandas do cotidiano.

O chamado mal-estar docente está entre as principais causas da solicitação de licenças de saúde pelas professoras da Educação Básica, o que acaba afastando grande número de docentes das salas de aula. Não são poucas as pesquisas e os discursos governamentais que relacionam o absenteísmo docente à qualidade dos sistemas educacionais de muitas regiões do Brasil, o que afeta sobre maneira o trabalho docente e tem sérias implicações com a qualidade da educação.

O trabalho é uma das instâncias em que o ser humano exerce suas relações com o ambiente, e deveria proporcionar oportunidades para o desenvolvimento de aptidões e de ampliação de conhecimentos pessoais. Em tese, o trabalho também deveria produzir compensação econômica, que permitiria às pessoas atenderem suas necessidades básicas e satisfação emocional, contribuindo para um sentimento de bem estar dentro e fora de seus locais de trabalho.

Para Fachini (1993), desde o ponto de vista do fenômeno da saúde, o trabalho tem um valor incalculável. Elevado a necessidade vital, o trabalho se torna, antes de tudo, uma categoria social, pressupondo indivíduos para os quais não é possível pensar uma atitude puramente consumista frente à sociedade. A realização de um trabalho útil faz com que o ser humano perceba-se como importante – um sentimento sadio de pertencer e de contribuir para a sociedade. Este sentimento é fundamental num trabalho como o da educação. Sua ausência pode se constituir em um dos fatores do mal-estar docente que, combinados com fatores de ordem individual, organizacional e social, podem influenciar a saúde, o desempenho e a satisfação no trabalho das professoras. Entretanto, nas atuais condições de trabalho de muitas de nossas escolas, a docência encontra-se em constante risco de promover o adoecimento do professorado ao invés de contribuir para produzir alguma espécie de compensação, seja econômica, seja emocional.

Necessário dizer que não se trata de considerar o trabalho docente como naturalmente relacionado ao adoecimento do professorado, se não que, nas atuais condições de trabalho – seja na rede de Pelotas, seja em outras redes, como mostram muitos estudos e pesquisas –, marcado pela intensificação e autointensificação, pelas pressões sociais crescentes sobre a categoria e pelo caráter cada vez mais mercantil das políticas públicas dirigidas à educação, a docência quase está se confundindo com mal-estar, com doença.

O chamado mal-estar docente tem sido objeto de estudos e pesquisas nos últimos anos. No Brasil, apesar da importância do tema, esses estudos ainda são poucos e faz-se necessário ampliar essas discussões entre os sindicatos, legisladores, governos etc., no mínimo porque está cada vez maior o de pedidos de licença de saúde entre o professorado, contribuindo para o absentismo e acarretando problemas de várias ordens no cotidiano das escolas, como já foi dito.

O papel do professorado mudou sob a pressão das transformações do contexto social, no qual elas e eles exercem a sua profissão; mas igualmente modificaram-se as

expectativas, o apoio e o julgamento deste contexto social sobre as educadoras e educadores (ESTEVE, 1999, HYPÓLITO, 1997, SACRISTÁN, 2009).

De acordo a Esteve (1999) podem ser desastrosas as desorientações provocadas por indivíduos quando estes se vêm obrigados a mudanças excessivas em um período curto de tempo. No caso do mal-estar docente há uma associação de múltiplos fatores, com destaque para a modificação das exigências sobre o professorado e o envolvimento dos demais agentes tradicionais de socialização; o aumento das exigências de novas responsabilidades; a diminuição do papel educador da família, com a inserção da mulher no mercado de trabalho; a modificação do papel da professora como transmissora de conhecimento (competição com TV, internet, etc.) e a falta de preparação para esse novo papel.

Para Silvio Costa (2005), o fato dos educadores e das educadoras constituírem uma categoria profissional destacada pela sociedade para lidar, como linha de frente, com a dura realidade da miséria, da violência e da exclusão, bem como seus perversos efeitos, também pode ser um fator de adoecimento docente. Para este autor, “ser professor”, “educar” e “formar educadores”, por exemplo, tornam-se atividades, à primeira vista, valorizadas socialmente, ou seja, significadas como dignas e importantes.

Em face de sua desmedida missão civilizadora, a tarefa de educar parece ter assumido uma extrema gravidade, podendo facilmente associar-se o educador à figura de um soldado e de um salvador, não sendo menos correto associá-lo também a figura de um carregador de fardos: tanto voluntarismo, tanta abnegação, tanta renúncia e tanta culpa. Quando as coisas não vão bem nas searas da educação costuma-se imputar aos professores apatia, despreparo, ineficiência, desinteresse ou mesmo falta de civismo.

Diante de tantas dificuldades que podem gerar o mal-estar docente, as professoras colocam em jogo diversos mecanismos de defesa para preservar sua identidade, como são os esquemas de inibição da rotina ou o absentismo trabalhista, que apresentam o aspecto negativo de rebaixar o trabalho para aliviar a tensão cotidiana sofrida na escola.

Não é estranho, portanto, encontrarmos, entre as professoras, sentimentos de indiferença com o trabalho combinados com reduzida realização profissional e exaustão emocional. Isso acaba incidindo na ação das docentes, seja pela desmotivação gerada pelo pouco (ou nenhum) reconhecimento do seu esforço, seja, também, pelas escassas respostas que obtêm de seu grupo de estudantes. Trata-se de uma experiência subjetiva,

envolvendo atitudes e sentimentos que acarretam problemas de ordem prática e emocional.

No caso da Educação Infantil isso é ainda mais verdadeiro, na medida em que o professorado, nesse nível de educação, vem se deparando com a necessidade de desempenhar vários papéis, muitas vezes contraditórios, somados à conjunção de diversos fatores sociais e psicológicos presentes na situação em que exerce a docência, principalmente em escolas públicas da periferia urbana. Assim se produz o que Blasé (ESTEVE, 1999, p.57), chamou de “um ciclo degenerativo da eficácia docente”, interpretado como mal-estar docente.

Origem do Projeto

Ser professora da Educação Infantil é relativamente novo, as creches municipais foram substituídas pelas Escolas Municipais de Educação Infantil através do Decreto 4003/1999 do prefeito municipal. Embora com o intuito de melhorar o ensino e o cuidado com as crianças pequenas, o que se tem observado é que essas professoras têm uma sobrecarga de responsabilidade pela qualidade do atendimento das crianças pequenas, trabalham em condições precárias, sofrem com sua desvalorização profissional que provoca um alto índice de rotatividade, não possuem incentivos para permanência das docentes nessas escolas e a falta de demarcação clara entre as atividades de mulher, mãe e professora, sendo preciso conciliar as diferentes posições que assumem o que pode gerar conflitos; as interpelações dos pais; o desprestígio por serem, muitas das vezes remetidas à figura da babá, podem ser fatores de adoecimento ocupacional.

Na cidade de Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil foi realizada uma pesquisa com todas as professoras e professores da rede municipal (VIEIRA et.al., 2009) que teve como um dos objetivos analisar o processo de trabalho docente e repercussão sobre a saúde de todas as professoras da rede pública municipal. Esse estudo encontrou serem as professoras da Educação Infantil as que mais solicitaram licença de saúde, sendo os transtornos psiquiátricos menores os que aparecem em primeiro lugar como motivo de afastamento.

Nesse sentido, para entender a complexidade do trabalho das professoras dessa modalidade, realizou-se um novo estudo apenas com as professoras de Educação Infantil da cidade de Pelotas (VIEIRA, 2012). O estudo indicou que as professoras da Educação Infantil, em termos de saúde, parecem andar na contramão da ideia de que o

trabalho é um elemento fundamental para fazer com que as pessoas se sintam úteis e importantes – um sentimento sadio de pertencer e de contribuir para a sociedade. Sentimento que deveria ser fundamental num trabalho como o da educação. Sua ausência se constitui em um dos fatores do mal-estar docente que, combinados com questões de ordem individual, organizacional e social, influenciam na saúde, no desempenho e na satisfação das professoras.

Um novo estudo (VIEIRA ET.AL.,2012) aprovado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento e Tecnologia (CNPq) tem como foco todas as cidades que compõem o polo regional de Educação Infantil da zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul, totalizando 18 cidades: Amaral Ferrador, Arroio Grande, Arroio do Padre, Canguçu, Capão do Leão, Cerrito, Herval, Cristal, Jaguarão, Morro Redondo, Pedras Altas, Pedro Osório, Pelotas, Pinheiro Machado, Piratini, Santana da Boa Vista, São Lourenço do Sul e Turuçu, divididas em microrregiões de acordo com a localização geográfica.

O trabalho aqui apresentado é parte da pesquisa citada anteriormente. A mesma encontra-se em andamento e nesse artigo trazemos alguns resultados a partir dos dados coletados até o momento. A pesquisa abrange 18 cidades da Região Sul do Rio Grande do Sul e está dividida em micro regiões. Para esse estudo optou-se pelas três cidades que compõe a microrregião fronteira Brasil/Uruguai são elas: Arroio Grande, Jaguarão, Herval. Nessas cidades procurou-se conhecer o Projeto Pedagógico das Escolas Municipais de Educação Infantil e alguns dados sobre as condições de trabalho. Embora a Lei de Diretrizes e Bases (LDB/96) normatize o funcionamento das escolas Infantis no Brasil, desde 2002, encontrou-se uma rede de Ensino distante do que é proposto pelo Ministério da Educação. Neste cenário encontraram-se estruturas físicas inadequadas, profissionais sem qualificação pedagógica e ausência de um Projeto Pedagógico pensado para a Educação Infantil. Nesse sentido, observou-se que as condições de trabalho na Educação Infantil dessas cidades podem comprometer a saúde das professoras.

As cidades do Estudo

A cidade de Jaguarão localiza-se no extremo sul do país e faz fronteira com a cidade Uruguia de Rio Branco. O município fica as margens do Rio Jaguarão, que liga os dois países. Sua população estimada é de 30.000 habitantes. A economia é baseada na pecuária, agricultura com a predominância da cultura de arroz e comércio diversificado.

Possui uma Universidade Federal e duas Instituições Federais de Ensino Médio, a Rede Estadual é composta de oito escolas e a Rede Municipal de Ensino Fundamental de sete escolas. Jaguarão conta com sete escolas públicas de Educação Infantil.

Herval localiza-se na região Sudeste e está próxima à fronteira com o Uruguai. O nome é uma referência à grande quantidade de ervais nativos existentes na região. A população da cidade é de 6757 habitantes (IBGE, 2010). Possui uma Escola Estadual e uma Escola Municipal de Ensino Fundamental. No que diz respeito à Educação Infantil, Herval conta com uma escola, sendo ela uma escola padrão do Governo Federal.

O município de Arroio Grande localiza-se entre as cidades de Herval e Jaguarão e de acordo ao Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – estima-se que o número de habitantes seja de 18.368. A economia baseia-se na agricultura, tendo como principais cultivos arroz e soja e na pecuária destaca-se a criação de bovinos e ovinos. Arroio Grande conta com seis Escolas Estaduais, três Escolas Municipais de Ensino Fundamental e três escolas de Educação Infantil.

Metodologia

A pesquisa se desenvolverá adotando procedimentos quantitativos e qualitativos. Na dimensão quantitativa atualizaremos o banco de dados da pesquisa anterior (VIEIRA ET.AL, 2012) com informações sócio demográficas, funcionais e médicas das professoras que atuam na Educação Infantil do município de Pelotas será construído um banco com dados das docentes das 18 cidades do estudo atual. Logo após aplicaremos, sobre todo o universo de professoras em sala de aula, o instrumento *JobContentQuestionnaire* (JCQ) (KARASEK, 1998), traduzido para o Português como Questionário sobre Conteúdo do Trabalho.

A versão utilizada é composta de 49 questões que contemplam as dimensões psicossociais do trabalho: o controle sobre o trabalho e a demanda psicológica dele advinda. O controle no trabalho refere-se ao uso de habilidades – o grau pelo qual o trabalho envolve aprendizagem de coisas novas. O desenvolvimento de habilidades especiais individuais também envolve autoridade de decisão, que abarca a habilidade individual para a tomada de decisão sobre o próprio trabalho, a influência do grupo de trabalho e a influência na política gerencial (ARAÚJO, 2003). A demanda psicológica se refere às exigências psicológicas que o trabalhador enfrenta na realização de seu trabalho. Envolve pressão do tempo, nível de concentração requerido, interrupção das tarefas e a necessidade de esperar pelas atividades realizadas por outros trabalhadores.

Na dimensão qualitativa entrevistaremos as professoras efetivamente em sala de aula. A amostra será determinada sobre todo o universo respondente do JCQ a partir de um cálculo realizado pelo aplicativo Statcalc do Programa EPIInfo, garantindo uma margem de erro de 5% em relação à população total de docentes, considerando-se o nível de confiabilidade de 95%.

Esta última dimensão, cuja aplicação ocorrerá através de entrevistas semiestruturadas, irá explorar as práticas pedagógicas utilizadas pelas professoras em seu cotidiano de trabalho, bem como o grau de exigência material e simbólica que elas demandam; as demandas psicológicas e o controle das professoras sobre seu processo de trabalho, incluindo aí as relações sociais na escola e com as famílias das crianças; as concepções de infância que circulam nos discursos das docentes; a construção identitária dessas profissionais problematizando a relação entre profissão, gênero e educação de crianças pequenas. Além dessas questões, as entrevistas também servirão para avaliar as condições de saúde das professoras e o uso de medicação, bem como suas formas de prescrição.

Por tratar-se de um estudo de grande abrangência geográfica e de tempo, assim como pela quantidade de dados coletados, outros estudos menores são possíveis, portanto realizou-se um estudo com três das 18 cidades da pesquisa, nas quais a partir da coleta de informações obtidas pelo JCQ e pela visita às escolas, analisou-se a organização pedagógica das Escolas Municipais de Educação Infantil. Serão analisadas questões do JCQ que respondem aos objetivos que propomos e aos dados que obtivemos através da entrevista e da observação dos espaços físicos.

Resultados

A pesquisa está em andamento, portanto, os resultados aqui apresentados são preliminares. Nas três cidades deste estudo encontramos os seguintes dados: Na cidade de Arroio Grande existem três escolas de Educação Infantil nas quais 16 professoras estão em sala de aula. Em Herval há somente uma Escola de Educação Infantil e 06 professores exercem a função. No município de Jaguarão existem sete Escolas de Educação Infantil e 18 professoras trabalham nessas instituições.

Nesse estudo preliminar, trabalhou-se com todas as professoras destas três cidades, totalizando 40 professoras de crianças pequenas. O número de mulheres representa a maioria absoluta, totalizando 38 no total. A média de idade dessas

mulheres, assim nos referiremos por ser maioria, é de 37 anos e sete meses. Dessas, 18 são casadas, 16 são solteiras e as demais com outras situações conjugais.

Em relação à escolaridade, mais da metade (21) é Pós-graduada, 14 possuem Curso Superior Completo, quatro estão possuem o Ensino Superior incompleto umatem Ensino Médio Completo.

Referente aos problemas de saúde, sete professoras tiraram licença de saúde no período de janeiro de 2012 a junho de 2014. Os principais problemas apontados foram: doenças do aparelho Respiratório, viroses, problemas ósseos, vocais e emocionais. Uma professora afastou-se por motivo de Licença maternidade.

Os resultados que trazemos aqui fazem referência aos aspectos que envolvem autoridade decisória, aspectos físicos que envolvem o trabalho docente, suporte social advindo da diretora e das colegas de trabalho e foram coletados através do JCQ

No que diz respeito à autoridade decisória, as professoras quando perguntadas se tinham influência significativa sobre as decisões tomadas na escola, responderam, em sua maioria 60% e 12,5% (concordo e concordo fortemente, respectivamente) que existe participação democrática na escola. As professoras que discordam ter influência significativa sobre as decisões tomadas na escola resultam em 27,5%.

Ainda sobre autoridade decisória, a maioria diz que sua escola toma decisões democráticas, representando 57,5% de professoras que concordam e 22,5% de professoras que concordam fortemente. No entanto, 20% das professoras ainda não se sentem incluídas nesse processo, pois elas discordam que são tomadas decisões democráticas na escola.

Em relação aos aspectos físicos exigidos no trabalho das professoras, 52,5% discorda que o trabalho exige manter seu corpo, por longos períodos, em posições fisicamente incomodas. Um percentual de 30% e 5% das professoras concordam com a afirmação de que o trabalho docente pressupõe manter o corpo em posições incomodas, isto é, 30 % e 5%, concordam e concordam fortemente, respectivamente, com a afirmação.

Sobre o suporte social advindo da diretora mais da metade concorda (57,5%) e concorda fortemente (35%) que a diretora preocupa-se com o bem-estar de suas professoras e funcionárias. 2,5 % discordam que suas diretoras preocupam-se com seu bem-estar, enquanto que 5% não responderam a essa afirmação. No que diz respeito ao suporte social advindo das colegas de trabalho, isto é, se as pessoas com quem trabalham encorajam umas as outras a trabalharem juntas, as professoras concordam

(65%) e concordam fortemente (27,5%) com essa afirmação, restando 7,5% que discordam que suas colegas de trabalho são encorajadoras com as outras.

Considerações: uma análise preliminar

A partir da análise dos dados coletados até o momento observou-se uma rede formada quase que totalmente por mulheres, indo ao encontro das estatísticas (VIEIRA 2012) que referem ser a maioria nas escolas de Educação Infantil. Encontrou-se uma rede qualificada, na qual a maioria possui graduação e pós-graduação. Os resultados coletados através do instrumento - JCQ - embora ainda em análise, identificou-se uma rede de professoras que consideram sua relação com a direção e com a escola como democrática, pois referiram que são escutadas e a diretora não possui atitude autoritária. Apesar disso encontrou-se que 22% das professoras não se sentem participativa nas decisões da escola. Em relação à exigência de força física para a realização constatou-se que metade referiu que seu trabalho não exige esforço físico, embora observou-se nas visitas as escolas que as professoras que trabalham no berçário seguram bebês de mais de oito quilos, carregando-os do berço para o carrinho e para o cadeirão na hora da comida.

Sobre o suporte recebido da direção, as respostas corroboram com as anteriores no que se refere à participação nas decisões da escola e na gestão democrática, entretanto as 5% das professoras que responderam que a direção não se importa com o bem estar de seu grupo de trabalho, podem estar indicando a existência de conflitos dentro da escola.

Quando perguntadas sobre as relações entre os pares na escola, a maioria considerou que as colegas são solidárias em relação ao trabalho, pode-se considerar que as boas relações entre os pares podem criar vínculos positivos dentro da escola e diminuir as tensões ocasionadas por divergências.

Nessa primeira análise não encontramos um número expressivo de licenças de saúde, podemos inferir que ao referir como positivas as relações com a direção e com as colegas, podem ser um fator de proteção para o adoecimento, mas sobre esse dado necessitamos uma análise mais detalhada.

Encontraram-se diferenças entre o coletado e o observado, pois existem conflitos entre os pares que não se refletem nas respostas dos questionários, mas que são visíveis nos discursos informais que as professoras tiveram conosco. Além disso, um dado importante constatado são as condições físicas das escolas, encontrou-se algumas escolas

em condições bem precárias as quais precisam de muitas melhorias, no que diz respeito à estrutura física e material didático e ao não uso de recursos pedagógicos disponíveis na escola, materiais que podem contribuir para o enriquecimento do conteúdo pedagógico e da vida das crianças.

Escolas de difícil acesso, escolas com espaço apertado para as crianças, pátios pequenos, salas escuras e as duas escolas que apresentam um projeto de arquitetura – modelo padrão - não condizem com o clima da região sul o que ocasiona frio no inverno e no verão um calor intenso. Algumas escolas estão aguardando por reforma e por troca de prédio.

Em algumas escolas o atendimento as crianças é feito por estagiárias ou profissionais não habilitadas o que vai contra as Leis de Diretrizes e Bases para a Educação Nacional, que prevê que as professoras de Educação Infantil devem possuir Licenciatura em Pedagogia completa. Embora encontrou-se uma rede escolarizada, ainda há escolas nas quais as crianças são atendidas por professoras não qualificadas.

O artigo 29 da LDB 9394/96 de 20 de dezembro de 1996 reconhece a Educação Infantil como a 1ª. etapa da Educação Básica, indicando a necessidade de formação continuada para o exercício da docência, além de acarretar mudanças nas concepções de educação e de criança pequena. Embora exista a Lei a realidade que encontramos nas três escolas do estudo é bem diferente. Nos últimos anos reflexões sobre a infância ganharam força na luta pela garantia de direitos às crianças, aos adolescentes e às mulheres, implicadas diretamente na Educação Infantil, estão contemplados na Constituição Federal de 1998, no ECA – Lei 8069 de 1990 e na LDB nº. 9394/1996, onde a criança é entendida como um sujeito de direitos, co-construtora de seu conhecimento, cultura e identidade, devendo ser respeitada e educada de acordo com as diretrizes legais, que afirmam a Educação Infantil como a 1ª. etapa da Educação Básica.

Apesar das críticas a este modelo é notório o avanço na qualidade da educação das crianças pequenas, com isso queremos dizer que as escolas do estudo, ainda estão longe da Lei de Diretrizes e Bases para educação. Embora passível de críticas a LDB coloca a Educação Infantil dentro do debate da escola pública de qualidade e para todos. Nessa perspectiva as professoras são importantes agentes na construção das Escolas de Educação Infantil – Escolas para as crianças pequenas – que se diferenciam das antigas Creches pela sua proposta de conciliar a educação e o cuidado, conforme a legislação já citada. Para tanto a atuação dessas mulheres possui uma importância, tanto

no que diz respeito a sua prática educativa e pedagógica quanto a melhoria das condições de trabalho através das reivindicações junto ao poder público municipal, o que ainda é uma conquista a ser realizada.

Pesquisas nessa área contribuem para dar visibilidade ao trabalho das professoras da Educação Infantil, ofício que tem sido analisado e problematizado pela mídia e por políticos que não fazem mais do que jogar a culpa do fracasso escolar para o colo das professoras, desconhecendo o seu cotidiano escolar.

Numa tentativa de finalizar, pode-se dizer que as respostas foram, na sua maioria, positivas em relação ao seu trabalho. Entretanto, há uma parcela de professoras, que referiu conflitos e obstáculos para desempenhar o seu trabalho, principalmente a questões que remetem a falta de suporte social da diretora e das colegas de trabalho, aspectos que de acordo com Esteve (1999) podem levar ao adoecimento. Nesse sentido, atentamos para essas professoras que sinalizam a necessidade de mudanças para melhor atender as crianças pequenas e, conseqüentemente, melhorar as condições de seu trabalho, pois podem influir diretamente na relação do trabalho com a sua saúde.

Os resultados encontrados apontam para a necessidade da sociedade, os gestores da educação e as próprias professoras discutam abertamente a respeito das condições materiais, salariais e pedagógicas nas quais a educação vem sendo processada.

Referências Bibliográficas

ANADON, S. Barreto; Garcia, Maria Manuela Alves (2004). Trabalho escolar e docente nos discursos oficiais da revista “Nova Escola”. Anais da V ANPED- SUL Pesquisa em educação e compromisso social. Curitiba: PUC-PR, v.1, p.1-15.

APPLE, Michael (1995). Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e gênero. Porto Alegre, Artes Médicas.

ARAÚJO, Tânia, Maria, CERQUEIRA, Cláudia, ARAÚJO, Edna (2003). Estressocupacional e saúde: contribuições do Modelo Demanda-Control. Ciênc. Saúde Coletiva. Vol.8 no 4. São Paulo.

ARAÚJO, Tânia Maria e Karasek, R. (2008). Validity and reliability of the job content questionnaire in formal and informal jobs in Brazil. Scandinavian Journal of Work, Environment & Health; Journal Information, p. 52-59.

BRASIL Decreto-Lei nº de 06 de maio de 199-dou de 7/5/99. Republicado em 12/05/1999 3048/99.

BRASIL Organização Internacional do trabalho disponível em www.oitbrasil.org.br.
Página consultada em 25 de agosto de 2007.

BRASIL. Fundação Carlos Chagas, Ministério da Educação, Banco Internacional do Desenvolvimento. Educação Infantil no Brasil. Análise quantitativa e qualitativa. São Paulo: FCC/MEC/BID, novembro, 2010.

BRASIL. Lei 9394/96. Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria da Educação Fundamental. Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil, v.I e v.II, Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em www.ministerodasaude.gov.br Página consultada em 25 de agosto de 2007.

CARLOTTO, M. Sandra. A Síndrome de burnout o trabalho docente. Psicologia em Estudo, Maringá, v.7, n.1, 2002. p. 21-29.

COSTA, S. S. (2005). Os fardos que podem acompanhar a atividade docente ou de como o mestre pode devir burro (ou camelo). Educ. Soc., Campinas, V.26, n.93, p.1257-1272.

CORAZZA, Sandra (2002). Infância & Educação. Petrópolis: Vozes.

DELCOR et al. (2004) Condições de trabalho e saúde dos professores da rede particular de ensino de Vitória da conquista, Bahia, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v.20, n.1, p. 187-196, jan/fev.

ESTEVE, José S. O Mal-estar Docente. Bauru, São Paulo: EDUSC, 1999.

FACHINI, Luis Augusto (1995). Trabalho materno e ganho de peso infantil. Pelotas: UFPeL/Editora e gráfica.

FELIPE, Jane (1995) Aspectos históricos da Educação Infantil. Cadernos da Educação. FaE/Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, p.49-57.

GASPARINI, S.M., BARRETO, S.M, ASSUNÇÃO (2006) Prevalência de transtornos mentais comuns em professores da rede municipal de Belo Horizonte, Minas Gerais, Brasil. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, 22(12): 2679-2691.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. Trabalho docente, classe social e relações de gênero. Campinas: Papirus, 1997.

KARASEK, Robert. Job Demand, job decision latitude, and mental strain: implications for job redesign. *Administrative Science Quarterly*, n. 24, p. 285-308, 1998.

OLIVEIRA, Dalila (2004). A reestruturação do trabalho docente: precarização e flexibilização. Educ. Soc. Campinas, vol. 25, n. 89, p.1127-114.

PELOTAS. Decreto n.4003, de 8 de setembro de 1999. Dispõe sobre a criação das Escolas Municipais de Educação Infantil em substituição as Creches Municipais. Pelotas, 1999.

PELOTAS. Lei Municipal n. 4094, de 13 de janeiro de 2003. Dispõe sobre a criação do Sistema Municipal de Ensino de Pelotas. Pelotas, 2003.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PELOTAS (2007). Secretaria Municipal de Administração. Banco de dados com as licenças de saúde do professorado da rede pública municipal de Pelotas; período 2006-2007.

SACRISTÁN, José Gimeno. (2008) ¿De dónde viene la crisis de la profesión docente? *Cadernos de Educação*, Pelotas (30), 2008, p.78-88.

VIEIRA, Jarbas Santos et al. (2009) Constituição das Doenças da Docência (Docença). Relatório de Pesquisa. Brasília: CNPq; Pelotas: UFPel.

VIEIRA, Jarbas Santos et al. 'A produção do mal-estar docente nas escolas municipais de Educação Infantil de Pelotas' (CNPq). *Relatório de Pesquisa*. Brasília: CNPq; Pelotas: UFPel, 2012.

VENZKE, Lourdes Helena Dummer (2004). Professoras das escolas municipais de Educação Infantil de Pelotas: identidades em construção. Pelotas :UFPel, (Dissertação de Mestrado).